

A Comunicação Popular como Estratégia Formativa dos Movimentos Sociais: o Curso em Comunicação Popular e Rede Social do MST.

Ramon Rodrigues Ramalho.

Cita:

Ramon Rodrigues Ramalho (2021). *A Comunicação Popular como Estratégia Formativa dos Movimentos Sociais: o Curso em Comunicação Popular e Rede Social do MST*. XIV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-074/651>

A Comunicação Popular como Estratégia Formativa dos Movimentos Sociais: o Curso em Comunicação Popular e Rede Social do MST

Ramon Rodrigues Ramalho¹

Resumo

A comunicação e o sistema político em um território relacionam-se, pois o acesso à informação condiciona o funcionamento da democracia. A negação do direito à voz pública reflete a indisposição das elites brasileiras em incluírem à população no próprio sistema capitalista. Nesse contexto, a *Comunicação Popular* surge para suprir a falta do direito à informação, enquanto conjunto de instrumentos feitos por diversas entidades da sociedade civil organizada, que tem o povo como protagonista e destinatário. Nós vamos analisar os conteúdos do Curso de Capacitação em Comunicação Popular e Rede Social, realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, ditado de forma remota síncrona – em meio à pandemia – entre julho e setembro de 2020. Esta análise constitui parte da pesquisa pós-doutoral do autor, integrante do Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL/CONICET). Explorando a relação entre Comunicação e Aprendizagem, vamos aproximar a Comunicação Popular da Educação Popular, considerando-as como *estratégias formativas* dos Movimentos Sociais – expressas nas experiências socioeducativas desenvolvidas no âmbito da comunicação e da pedagogia. Assim como Paulo Freire constata, que o problema do analfabetismo no Brasil não é pedagógico, mas sim político, podemos considerar que o problema da falta de informação não é preponderantemente comunicacional, mas igualmente político.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar uma experiência socioeducativa organizada pelos movimentos sociais de maneira remota, devido à pandemia de COVID-19. Este trabalho é produto de nossa pesquisa doutoral, continuada na instância pós-doutoral, que tem por objeto as estratégias de formação desenvolvidas pelos movimentos sociais latino-americanos.

Os movimentos sociais latino-americanos manifestam uma *intencionalidade pedagógica* (ZIBECHI, 2005), com o desenvolvimento de variadas estratégias formativas em seus múltiplos espaços socioeducativos criados, como escolas e universidades populares. Eles vêm se utilizando dos benefícios trazidos com a expansão das mídias sociais no Brasil. A comunicação, por meios virtuais e através das redes sociais digitais, tem possibilitado a difusão mais ampla de seus conteúdos e facilitado a

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UBA e bolsista de pós-doutorado pelo CEIL/CONICET, da Argentina.

interação entre grupos engajados nos mesmos movimentos sociais. A partir de 2013, percebe-se a proliferação de coletivos vinculados ao movimento negro e feminista (Hollanda, 2018), ano que também marca uma expansão considerável nas ocupações urbanas, vinculadas a movimentos por moradia (Boulos, 2014), para citarmos apenas alguns exemplos.

Contudo, essa mesma comunicação virtual por redes sociais digitais também constitui um elemento destacado na ascensão de regimes ultra-conservadores de cunho proto-fascista, arduamente reacionários à expansão dos direitos civis entre a cidadania. Por tanto, ainda que o ciberespaço permita interações entre objetos que rolam pelos grupos, o compartilhamento de experiências e memórias, em suma, a produção de hipertextos comunitários para a constituição de coletivos inteligentes (Lévy, 2011, p.129), esse mesmo ciberespaço também produz o que hoje se chama de *fake news*. “O *fake* se tornou um fato estruturante da vida contemporânea, que não pode ser simplesmente eliminado com as ferramentas críticas tradicionais da historiografia ou compreendido apenas como manipulação falsificadora.” (Klen, Pereira e Araujo, 2020).

Nesse sentido, para abarcar apropriadamente a temática, partiremos da análise sobre a relação entre a democracia e os meios de comunicação, explorando os elementos constitutivos da informação produzida pela mídia corporativa, a partir da bibliografia especializada no tema. Logo, veremos as peculiaridades dessa relação, entre meios de comunicação e sistema político no Brasil. Isso nos levará a considerar, em seguida, a formação de meios comunicacionais ancorados no protagonismo popular, como maneira de suprir a censura autoimposta por uma elite nacional que se impõe um tipo de desenvolvimento subalterno aos países centrais do capitalismo.

Nosso objetivo, neste artigo, é evidenciar algumas características particulares dos espaços socioeducativos desenvolvidos pelos movimentos sociais, no contexto da pandemia, tomando como exemplo o Curso de Capacitação em Comunicação Popular e Rede Social. Este curso se apresenta como um caso privilegiado de estudo, uma vez que o seu conteúdo nos informa sobre as características sublinhadas pelos movimentos sociais a respeito da transmissão de conhecimento, através de plataformas digitais, e o papel que os meios de comunicação populares devem cumprir neste contexto.

O contexto aberto pela pandemia de COVID-19 afetou os movimentos sociais, que não se demonstraram indiferentes às suas implicações no campo educativo. Nossa intenção é tratar os conteúdos trabalhados no Curso de Comunicação Popular e Redes Sociais, trazendo para o debate as especificidades da pedagogia que os movimentos sociais vêm constituindo, no busca por elaborar uma lógica própria fundamentada no trabalho associativo.

Desde nossa ótica pontual, essas experiências na área da comunicação e da educação podem ser encaradas, enquanto estratégias formativas desenvolvidas pelos movimentos sociais. A noção de *estratégia formativa* se faz plausível quando focamos nossa análise sobre o elemento *mediador* do processo de transmissão, seja da informação, no caso da comunicação, ou do conteúdo (aprendizado), no caso da pedagogia. O elemento mediador do processo, que nos enfocamos, é aquele que orienta os sentidos atribuídos pelos participantes do processo, sobre a informação ou o aprendizado recebido, ativa ou passivamente. Nos propomos a examinar a relação entre as estratégias de formação que os movimentos sociais desenvolvem ao elaborar seus espaços de difusão comunicacional e suas experiências socioeducativas.

Essa relação pode ser proveitosa ao examinarmos a relação entre Comunicação Popular e Educação Popular. Nosso objetivo é destacar os elementos comuns na produção e ambos os tipos de experiências socioeducativas, seja escolar ou comunicacional, para contribuir com o entendimento da importância em se desenvolver esses tipos de espaços e experiências. A pertinência do nosso estudo consiste em contribuir para o entendimento das estratégias formativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, no campo da educação e da comunicação.

A necessidade de se fomentar estratégias formativas no campo da educação é amplamente aceita entre os movimentos sociais. Vemos, entre eles, disseminada uma percepção, embora com diferentes graus de assimilação, de que a concepção de outra lógica de trabalho "anda de mãos dadas" com a necessidade de se conceber outra lógica educativa. O elemento pedagógico da prática produtiva tem sido aí destacado. Por sua vez, esse mesmo entendimento parece não se aplicar quando falamos da importância assumida, pelas organizações populares, de se fomentar estratégias formativas no campo da comunicação.

Vejamos, primeiramente, o contexto no qual se insere o Curso mencionado. O Curso de Capacitação em Comunicação Popular e Rede Social é uma parceria entre a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o jornal Brasil de Fato e a Frente Brasil Popular. O curso nasce como uma demanda da campanha Mãos Solidárias, Cuidam da Terra e Alimentam o Mundo e a campanha Periferia Viva. Sua execução também conta com o apoio de movimentos populares como o Levante Popular da Juventude, o Centro de Formação Paulo Freire, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), a Marcha Mundial das Mulheres e a Consulta Popular.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento camponês brasileiro, que tem como finalidade realizar a reforma agrária no país. Para tanto, ele reivindica o assentamento das famílias camponesas sem-terra frente as instâncias estatais competentes. Para isso, ele procede a organizar a ocupação de terras que não cumprem a sua função social e que, na maioria dos casos, seus proprietários se encontram em situação irregular frente ao Estado.

O importância da pedagogia no MST se evidencia nas mais de duas mil escolas criadas em seus assentamentos (Moreira, 2019). Além disso, o MST é pioneiro no desenvolvimento de uma tendência escolar no Brasil, a “educação do campo”, modalidade de ensino focada na agricultura familiar de subsistência.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é a escola nacional de formação do MST. Ela se constitui como o ponto de culminação da trajetória do MST na criação de espaços socioeducativos e no desenvolvimento de suas estratégias de formação. Para a construção da ENFF, entre 2000 e 2005, foram organizadas 25 brigadas, compostas por mais de mil pessoas advindas de 112 assentamentos e 230 acampamentos do MST, provenientes de diversos estados (Pacheco, 2020). Para isso, foram arrecadados fundos através de campanhas voluntárias e beneficentes, destacando-se o apoio de intelectuais como Chico Buarque, José Saramago, Sebastião Salgado e István Mészáros.

O Curso de Capacitação em Comunicação Popular e Rede Social se insere, na estrutura da ENFF, enquanto uma parceria realizada entre a ENFF e a UFAPE, com o apoio das organizações populares mencionadas.

1. Características do Curso

No Curso que vamos analisar o ensino se dá de forma remota síncrona. Institucionalmente, ele é realizado através do Edital “SONUS 2020” da UFAPE, em parceria com a ENFF. A inscrição é livre e gratuita, através de preenchimento de formulário produzido pela plataforma Google. Devido ao alto número de inscritos (cerca de 3 mil), a organização do curso procedeu a dividir os inscritos por regiões geográficas de pertencimento, o que se manifestou na inclusão dos participantes em diferentes grupos de discussão, via plataforma WhatsApp. Cada participante foi inserido em dois grupos simultaneamente, um no qual apenas os administradores podem realizar publicações e outro aberto para publicações de todos os participantes. O grupo aberto para publicações dos participantes serve, também, para a divulgação de outras atividades, desenvolvidas por organizações sociais

identificadas com o MST. Assim, o curso faz interlocução com outras organizações sociais, através deste suporte digital.

Os materiais didáticos ficam disponíveis Em Linha [online], a partir do envio de uma direção eletrônica vinculada a uma plataforma (“Google Drive”) na qual eles estão hospedados durante o Curso. Depois de terminado o curso, a mediadora propõe que os grupos de discussão continuem funcionando, através dos quais são enviadas informações sobre diversas outras atividades.

As aulas são transmitidas pela plataforma de streaming, Youtube, no canal do Brasil de Fato de Pernambuco, às 14 horas. A exposição dos conteúdos tem até duas horas de duração. Durante a exposição dos conteúdos, os participantes podem remeter perguntas, por escrito, através do chat disponibilizado pela plataforma. Depois, as perguntas são lidas pela mediadora, iniciando-se o momento de debate. Pessoas não inscritas no curso podem assistir às aulas e participar com perguntas, mas não obtêm o certificado de conclusão do curso. As aulas ficam disponíveis na plataforma mencionada de modo assíncrono.

Vemos que as plataformas digitais utilizadas são o WhatsApp, para o contato entre os participantes do processo formativo, e o Youtube, para a disseminação dos conteúdos transmitidos. Ainda que estas plataformas não se configurem como “software livre”, estes meios digitais são de uso comum para os participantes do processo formativo não exigindo-lhes, por tanto, a aquisição de novas competências para a gestão destas plataformas².

Com respeito à exposição dos conteúdos do curso, vemos que cada aula é ministrada por um(a) expositor(a) diferente, chamado de “formador” ou “comunicadora”, especializado(a) na temática de sua incumbência.

Durante a transmissão de cada aula, o expositor a cargo conta com o apoio de uma pessoa encarregada pela mediação da aula, quem passa as diretrizes do curso e vincula as diferentes aulas com o conteúdo do curso em geral. Além disso, a transmissão de cada aula conta também com o apoio de uma terceira pessoa, auxiliando nas tarefas técnicas de funcionamento do suporte virtual, por exemplo, operacionalizando a troca das pessoas destacadas na tela, a rotação de fragmentos de vídeo ou áudio e o funcionamento de meios gráficos para a apresentação dos conteúdos. Assim, vemos que cada aula do curso conta com três pessoas encarregas do seu andamento.

² No caso da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), por exemplo, utiliza-se a plataforma “Moodle”, um software livre, para a interação entre o corpo docente e o discente (UFMG, 2021). Como o *Moodle* não suporta o volume de dados transmitidos, a UFMG contrata empresas privadas para garantir o serviço.

Os espaços socioeducativos do MST têm como característica peculiar a introdução de momentos pedagógicos prévios e posteriores à exposição dos conteúdos. Assim, a exposição dos conteúdos das aulas é precedida pelo momento da “mística”, prática comum nos espaços socioeducativos criados pelo MST. A “mística” compõe-se de um momento performático, no qual são utilizados recursos teatrais e artísticos variados, para se referir sobre a experiência de “luta” pela terra ou a dos participantes do processo formativo em geral, sensibilizando os expectadores para situações de opressão ou às demandas dos movimentos sociais. Esse momento de performance costuma encerrar-se com a entoação de palavras de ordem por todos os participantes.

Na educação remota não se abre mão deste dispositivo pedagógico. No Curso aqui analisado o momento da mística tem lugar a través de vídeos que trazem poemas, canções, ações de campanhas solidárias de ajuda mútua e de assistência social, promovida pelos movimentos sociais durante a pandemia.

Com respeito ao material didático fornecido pelo Curso, temos como exemplo, para a segunda aula, o texto de autoria da expositora, Joana Tavares (s/d). Ela assinala que, em 1965, se arma um vínculo entre a TV Globo, a ditadura militar e o financiamento estrangeiro ilegal, via grupo Time-Life, montando-se uma estrutura familiar de grandes grupos midiáticos, que permanece até a atualidade. Ela lembra que, até então, o objetivo de se fundar um jornal não era apenas informar – era, principalmente, o de se formar.

Entre os materiais didáticos fornecidos para esta segunda aula, encontra-se, também, o texto *Os Jornais de Resistência*, de Bernardo Kucinski (2018). Ele fala sobre a história da criação dos jornais e revistas no Brasil, entre 1964 e 1980. Também aparece, como bibliografia para a segunda aula, o texto *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária*, de Cicilia Peruzzo (2009). Ela apresenta conceitos respeito ao significado do “direito à comunicação” e uma diferenciação entre comunicação popular, comunicação alternativa e comunicação comunitária. Assim, podemos observar, com relação à bibliografia da segunda aula, uma complementação entre um texto de caráter ensaístico, de cunho jornalístico-histórico, outro texto historiográfico e um terceiro englobando o âmbito conceitual.

Além destes conteúdos, a bibliografia do Curso também indica o vídeo de Chimamanda, sobre *O perigo da História Única*, e o livro de Vito Giannotti (2014), *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia*. O livro de Giannotti trata da relação entre a ascensão das plataformas digitais e a sociedade emergente desta nova dinâmica comunicacional. O autor lembra que o nascimento da rede mundial de computadores tinha como objetivo ‘democratizar a informação’. O “blog”, nascido no ano 2000, se tornou a primeira oportunidade para uma pessoa comum publicar conteúdos. Hoje,

existem mais de 100 milhões de *blogs* no mundo e mais de 100 mil são criados todos os dias. Se usar a internet significava somente ter uma página eletrônica, atualmente, a Internet nos trouxe aparatos tecnológicos voltados para a hegemonização cultural da sociedade. Ele propõe a construção de uma lógica colaborativa entre os movimentos e organizações populares e aposta que um canal de vídeos no *YouTube* pode disputar, entre um público ávido por informações contra-hegemônicas, espaço com a grande mídia.

De forma geral, a análise da bibliografia do Curso nos quer informar sobre a relação estreita entre comunicação e sistema político. Tal como nos remete Mariana Schneider (2016, p.42), é preciso “entender o papel dos meios de comunicação dentro da moldura mais ampla de uma teoria da democracia.”

A primeira aula do Curso, realizada no dia 4 de julho, conforma a sua etapa introdutória e tem como tema “Conjuntura e Comunicação”. Ela tem como expositor a Neuri Rosseto, da Coordenação Nacional do MST, e a Cícera Maria como mediadora. A aula começa com a mística inicial, seguida de uma fala introdutória da mediadora, saudando os participantes do curso e falando sobre as suas características. Logo, vemos a transmissão de um vídeo com a saudação das diversas organizações populares envolvidas no Curso.

A partir disso, inicia-se a fala de Neuri Rosseto. Ele começa dissertando sobre as tarefas da comunicação popular frente a tantos desafios no Brasil e no mundo. Ressalta o protagonismo da comunicação no enfrentamento de classes e a necessidade de se apropriar das tecnologias da comunicação para influenciar a sociedade, controlando-se a narrativa sobre a nossa realidade e para articular uma visão de mundo autônoma da classe trabalhadora.

Esta reflexão, sobre a necessidade da comunicação popular articular uma visão de mundo autônoma, é retomada na quarta aula do curso, que trata da relação entre a comunicação e os movimentos sociais. A expositora, Monyse Ravena, interpela os movimentos sociais ao dizer que a comunicação deve ser assumida como um caráter central em cada organização popular, pois muitas vezes, diz a expositora, é a última área a ser priorizada, seja nos debates internos da organização ou na disposição de recursos financeiros e humanos.

Na sexta aula, Ronaldo Pagotto fala sobre como o excesso de informação, advindo da Internet, gera uma visão caótica da sociedade, pois não se permite fazer associações sobre os temas, o que reforça a naturalização dos males sociais. Essa afirmação nos remete à invasão cultural de que fala Freire (2005), quando a cultura dominante impossibilita que os oprimidos relacionem as temáticas da vida e adquiram, assim, uma visão de totalidade sobre a realidade.

Pagotto ressalta, ainda, a capacidade das redes sociais para coletar os dados referentes ao uso que fazemos da internet, para produzir um mapeamento individual de cada usuário. Essa “big data” serve para segmentar as mensagens que cada um recebe e, com isso, as empresas podem induzir como as pessoas pensam, suas predileções e crenças nas organizações. O expositor menciona a existência de núcleos especializados na produção de informação, cuja função é ancorar notícias nas redes públicas, de forma a criar-se uma lógica de autoreferenciamento. O medo é utilizado como uma forma de engajamento e as pessoas, apavoradas, reagem de forma conservadora, replicando essas notícias dirigidas. Com isso, combina-se a produção concentrada de informação com a espontaneidade da sua difusão. “O *fake* se tornou um fato estruturante da vida contemporânea, que não pode ser simplesmente eliminado com as ferramentas críticas tradicionais da historiografia...” (Klen, Pereira e Araujo, 2020).

A última aula do curso, sobre “Os desafios da batalha de ideias”, inicia-se com o momento da mística final. Para a realização desta mística final, solicitou-se dos participantes o envio de um vídeo, com no máximo um minuto de duração, composto por um depoimento com as impressões de cada um, sobre a sua participação no processo formativo. Este vídeo é transmitido no início da aula³.

2. Os conteúdos tratados no Curso

Os conteúdos do curso nos querem informar que a relação entre os meios de comunicação e o sistema político vigente em um país ou território possui íntima imbricação. O caráter político da comunicação se destaca quando compreendemos que a Comunicação consiste no instrumento de comunicar o olhar de alguém sobre determinado fato. Trata de convencer pessoas ou grupos sobre determinada visão sobre o(s) acontecimento(s), levando às outras pessoas a pensarem de uma determinada maneira (Giannotti, s/d).

Para Marina Schneider (2016, p. 42), é fundamental entender o papel dos meios de comunicação dentro da moldura mais ampla de uma teoria da democracia. Para a autora, o acesso à informação aparece como um condicionante para o funcionamento de uma democracia, destacando, por exemplo, o papel da mídia para que a competição se estabeleça de forma justa. Em termos amplos, o *direito à comunicação* consiste: no direito ao *acesso* (direito de receber mensagens); no direito ao *diálogo* (direito de

³ Vínculo eletrônico para a última aula: <<https://www.youtube.com/watch?v=ls-gv9HoVVc>>

receber e emitir mensagens); e no direito à *participação* (direito de participar efetivamente dos processos de comunicação) (Peruzzo citando a Beltrán, 2009, p.56).

Contudo, o dever de informar é contrabalanceado pelas necessidades econômicas da mídia, que objetiva atrair anunciantes. Para Lima e Guimarães (2013, p.19), produz-se, assim, uma “colonização midiática” a partir da organicidade existente entre política e grandes empresas de comunicação, conformando redes doutrinárias e redes de interesse entre sistema político e sistema midiático corporativo. Com isso, são recorrentes fenômenos de parcialidade, estreitamento de pluralismos, censura sistemática a opiniões antagonistas. “Duas características da comunicação da grande mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos.” (Lima e Guimarães, 2013, p.20).

A Mídia fere a democracia “ao falhar em oferecer ao cidadão a informação de que precisa para se tornar-se um membro efetivo de sua comunidade.” (Mesquita, 2008, p.17). O “engajamento cívico” é influenciado negativamente pela mídia, gerando apatia política e cinismo. Isto é, um sentido de depreciação da política em geral e cinismo com referência aos propósitos de se fazer uma mobilização e à finalidade de mobilizar-se. Assim, a televisão afeta as pessoas menos interessadas por política, gerando nelas um efeito de ‘encapsulamento’⁴.

Ainda que a mídia possa não ter o poder de mudar o que as pessoas pensam, mas sim de influenciar sobre o que elas pensam, devemos ter em conta seus efeitos de longo prazo, se consideramos a indicação de Castells (2013), em *A Sociedade em Rede*, na qual a exposição à mídia é cumulativa.

Podemos destacar a três dispositivos, comumente usados pela mídia, que produzem uma mediação entre o conteúdo a ser informado e os sentidos atribuídos para quem os recebe: *Agenda Setting*, *Priming* e *Framing* (Peruzzo, 2009, p. 37 a 43). A *Agenda Setting* consiste na agenda de assuntos que a Mídia escolhe para o público. Ela está repleta de “*fait divers*” e os indicadores da vida real não são muito importantes para definir as temáticas a serem tratadas. O *Priming* consiste em estipular critérios que moldam o juízo. Utiliza-se da hierarquização de importância entre diversos assuntos e de atalhos intuitivos para orientar a atenção seletiva do público, que se centra nos aspectos mais salientes do conteúdo informativo vinculado. Já o *Framing* é o enquadramento que se dá a um certo conteúdo, salientando-se alguns aspectos da

⁴ Isso, me parece, que colabora para gerar, na sociedade brasileira, a assimilação da cidadania como militância, isto é, qualquer ato de cidadania, como reunir vizinhos ou pessoas com interesses afins, é imediatamente taxado como um ato de militância.

realidade dentro de um contexto comunicativo, e omitindo-se a outros. Esses enquadramentos temáticos, então, enfatizam certos problemas e suas possíveis soluções. Provê, então, uma certa definição do problema tratado, recomendando, por conseguinte, uma solução. Ao definir um problema, já apontam o seu agente causal, avaliando o seu comportamento (o que está fazendo e seus custos/benefícios) – mensurando sua conduta a partir de certos valores culturais não explicitados, mas considerados como “comuns” (universais). Assim, diagnosticam as causas de um problema e apontam as forças que o criaram, orientando o tratamento desse problema, ao selecionar os aspectos a serem sublinhados na construção do argumento, para afetar as respostas possíveis de serem dadas pelos receptores.

Para Noam Chomsky (2014) a mídia induz a população a adquirir apenas uma “percepção seletiva”, que gera entre os receptores um efeito de “rebanho desorientado” (p.9), com o qual as “...pessoas se encontram marginalizadas e confusas e não conseguem organizar ou articular seus sentimentos – ou mesmo saber que outras pessoas partilham desses sentimentos” (p.15). Quando, por exemplo, umas atrocidades são mostradas, outras ocultadas, a população é colocada na posição de “espectadora” e não de participante do processo da ação. *Colocar a população na posição de espectadora constitui a função exercida pelos meios de comunicação na democracia*, marcada por uma cultura totalitária bem azeitada, diz Chomsky. A construção do consenso está funcionando quando a imagem do mundo que é apresentada à população tem apenas uma pálida relação com a realidade e a verdade dos fatos encontra-se enterrada debaixo de “montanhas e montanhas” de mentiras: “Quando se tem a mídia e o sistema educacional sob controle absoluto e a universidade assume uma postura conformista, é possível vender essa versão.” (Chomsky, 2014, p.30).

Outro ponto de relevância, com respeito aos conteúdos tratados no Curso, diz respeito à relação entre a mídia brasileira e a burguesia nativa, uma imbricação frente a qual surge a Comunicação Popular como resposta. Vejamos como se desenvolve este argumento.

No Brasil, a relação entre os meios de comunicação e o sistema político são ainda mais peculiares. Essa relação entre a (falta de) liberdade de imprensa e a (falta de) democracia, ou o enviesamento unilateral de ambos, atravessa a constituição mesma do capitalismo e do Estado no Brasil. Como assinala Juliana Tavares (s/d), se nos países centrais do capitalismo – como na Europa e nos Estados Unidos – a consolidação da imprensa reflete a primazia da economia de mercado, “no Brasil os proprietários dos grandes meios de comunicação de massa espelham a forma como a elite nacional pensa o país: uma grande empresa, sempre disposta a pôr seus melhores

recursos à venda.” (p.4). O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil reflete o pensamento das elites dominantes, assinala a autora. Assim, a negação do direito de voz pública está intimamente imbricada ao fato das elites brasileiras não se preocuparem em fazer algumas reformas básicas, para inclusão da população no próprio sistema capitalista. Esse comportamento se traduz, mais recentemente, na reação dos empresários da mídia à realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, os quais, em sua maioria, se recusaram a participar do fórum para debater políticas públicas para o setor (Schneider, 2016).

A burguesia brasileira nunca se preocupou em ter um projeto de desenvolvimento da nação e, ao invés de realizar essa sua tarefa histórica de irradiação da sociedade de classes ao longo do território nacional, preferiu acomodar-se em uma aliança feita com setores do capital internacional, ainda que assumindo uma posição subalterna. Constituiu-se, deste modo, uma elite colonialista que nunca se preocupou em forjar as condições de desenvolvimento do próprio capitalismo. Deixando inconclusas suas tarefas essenciais, enquanto classe *burguesa* ou elite *capitalista*, como a expansão da livre iniciativa privada e a realização de uma reforma agrária para tanto, as elites nacionais se articulam para organizar o espólio dos recursos naturais e realizar a extração de mais-valia via atuação de empresas transnacionais, que escoam o grosso da riqueza gerada aos países centrais do capitalismo.

Esses processos descritos na área da comunicação, com respeito a forma de atuação da mídia corporativa, possuem compreendidos como estruturalmente análogos àquilo que Paulo Freire denomina como Invasão Cultural: “(...) a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão.” (Freire, 2005, p.162). A partir da teoria de Gramsci⁵, vemos que a invasão cultural se constitui como um elemento fundamental para a manutenção da hegemonia vigente pelas elites capitalistas.

Frente a essas peculiares condições sócio-históricas de conformação do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, do caráter colonialista da mídia brasileira, surgem contraposições, desde setores da população organizada, a essa realidade socio-comunicacional. A partir da década de 1980, ganha força um fenômeno conhecido como a *Comunicação Popular*, enquanto conjunto de instrumentos feitos por diversas entidades da sociedade civil organizada, com o objetivo de fomentar debates, levar

⁵ Tema da segunda aula do Curso, intitulada “Comunicação e a disputa pela hegemonia” a cargo da jornalista Juliana Tavares, realizado no dia 17/08/2020. (<https://www.youtube.com/watch?v=bwPaThT7fW4>).

informações, formar e construir outros pontos de vista entre as classes trabalhadoras (Tavares, s/d).

A *Comunicação Popular* representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina⁶ (Peruzzo, 2009). O processo emerge com a comunicação nos movimentos populares vinculados à igreja católica, irradiando-se com a ação dos grupos populares, perpassada pela constituição de seus canais próprios de comunicação. Constituiu-se, então, como uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política, com vistas a estabelecer a justiça social.

Inúmeras *experiências comunicativas* ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para a participação democrática do “povo”. Possuem um conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo, constituindo-se, por isso, em um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo.

Atualmente, explica Cicilia Peruzzo (2009, p.53), a expressão *comunicação alternativa*, típica dos anos 1960 aos 1980, vem sendo retomada, para caracterizar o tipo de imprensa não alinhada às posturas da mídia tradicional. Por sua vez, *comunicação comunitária*, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos, significa:

o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. Deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (Peruzzo citando a Deliberador e Vieira, 2009, p.54).

Por tanto, seja denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica ou radical, a expressão *comunicação comunitária* é utilizada para designar um mesmo tipo de comunicação, ou seja, em seu sentido mais explicitamente politizado e, principalmente, aquele tipo de comunicação que tem o povo como gerador e protagonista. Deste modo, podemos dizer que a comunicação popular e comunitária

⁶ Cicilia M. Krohling Peruzzo (2009) aponta ainda que “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo” (apud Festa, p.48).

é aquela que tem o povo como protagonista principal e como destinatário. O seu ideal é possibilitar a oportunidade de aprendizado não só pelas mensagens divulgadas, mas também pelo envolvimento direto na sua produção e difusão.

A relação entre comunicação e educação se estreita, quando ressaltamos os aspectos educativos desse tipo de comunicação: “a participação ativa do cidadão em todas as fases da comunicação, como protagonista, propicia a constituição de processos educomunicativos favoráveis ao desenvolvimento mais ágil do exercício da cidadania.” (Peruzzo, 2009, p.56). Nessa perspectiva, os meios de comunicação são mesmo concebidos diretamente como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (Peruzzo citando a Mário Kaplún, 2009, p. 48). Círcia Peruzzo nos permite aproximar a Comunicação Popular com a Educação Popular, também ao dizer que, desde os seus princípios, a proposta de uma comunicação horizontal se inspirava em concepções de Paulo Freire sobre a dialogicidade na educação. Continuando com os ensinamentos da autora, podemos caracterizar, ainda que de modo exploratório, os princípios constitutivos do tipo de comunicação que buscamos conformar como “popular”.

Essa comunicação comunitária – por vezes denominada de popular, alternativa ou participativa – se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Entende que o direito a se comunicar implica garantir o acesso aos canais de comunicação. Trata-se, porém, não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos.

Esses princípios da Comunicação Popular nos parecem bastante próximos aos da Educação Popular, tema que tivemos oportunidade de tratar em outras ocasiões, sobre a pedagogia inspirada em Paulo Freire, mas também na sua correlação com as propostas pedagógicas encontradas em Antonio Gramsci e Francisco Ferrer i Guardia (Ramalho, 2010; 2011).

3. Comunicação Popular e Educação Popular – aproximação entre Estratégias Formativas

Queremos, então, assinalar a proximidade existente entre os princípios enunciados pela Comunicação Popular e pela Educação Popular. Assim como, para a

Educação Popular, a alfabetização é não é só um mero processo de transmissão de conteúdo, mas um processo de formação, para a Comunicação Popular, fundar um meio de comunicação, como um jornal, para além da função de informar, tem o intuito também de *formar*. Uma formação que se dá através da participação ativa da cidadania e que tem o mundo vivido, a realidade existencial concreta, como mediador inequívoco no processo de transmissão. A Comunicação Popular e a Educação Popular tomam emprestado de Paulo Freire, a mesma pergunta para valorar as ações que elas têm por objeto: a sua base é inclusiva ou excludente?⁷

De modo geral, vemos que lógica colaborativa dos movimentos e organizações populares se estende através dos espaços nos quais desenvolvem suas experiências laborais (cooperativas), educativas e comunicacionais. Trata-se de engendrar uma “produção colaborativa” (Giannotti, 2014, p.199), desenvolvendo-se um sistema de colaboração dentro de um ambiente compartilhado e de pertencimento comum.

Em nossa pesquisa doutoral examinamos a criação de uma universidade popular no interior de uma planta metalúrgica “recuperada” pelos seus trabalhadores, na Argentina: a chamada *Universidad de los Trabajadores – IMPA* (Ramalho, 2018). Ao analisar o processo desencadeado a partir de um conflito laboral e que culmina na apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores – o fenômeno da “recuperação” de empresas – percebemos que ele está atravessado por disputas que se jogam entre as estratégias de formação do capital e do trabalho. Existem certos dispositivos e mediações pedagógicas presentes nas estratégias formativas do capital, que continuam a incidir sobre o grupo de trabalhadores, ainda depois de iniciado o processo autogestivo das empresas.

Desde essa perspectiva, a constituição de coletivos para abordar tarefas educativas ou comunicacionais, consiste em uma função que, desde uma ótica geral, nos permite aproximar a Comunicação Popular da Educação Popular. Podemos encarar as experiências dos movimentos sociais, na área da educação e da comunicação, como estratégias formativas desenvolvidas a partir dos espaços socioeducativos e socio-comunicacionais por eles criados. Com isso, queremos pôr ênfase no elemento mediador do processo de transmissão da informação, no caso da Comunicação, ou do conteúdo (aprendizado), no caso da Pedagogia. O elemento mediador do processo

⁷ Tal como foi assinalado pela professora Adriana Santana, do curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação da UFPE, durante a Oficina intitulada “Técnica de Produção: A pauta (jornalística)”, realizada no dia 15/09/2020, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WqhPE_RZbeo

transmissivo é aquele que tem por função orientar os sentidos atribuídos pelos participantes do processo sobre o conteúdo apreendido.

Essa formulação teórica pode nos ser útil, por exemplo, para alcançar alguns dos objetivos propostos por Neuri D. Rosseto⁸, da Direção Nacional do MST. Ele aponta a necessidade de fomentar uma “batalha de ideias”, para se adquirir o controle das narrativas sobre a nossa realidade, o que implica construir uma visão de mundo própria. Para a Comunicação Popular, Neri considera importante elaborar um pensamento revolucionário da comunicação e conseguir se apropriar das atuais inovações tecnológicas. Ele assinala a importância do trabalho de base para se conseguir gerar protagonismo, realizando tarefas por vezes menosprezadas, como distribuir marmita, participar de campanhas de solidariedade ou prestar serviços médicos, de cuidado, etc. Ele também considera fundamental conseguir gerar unidade e estimular a classe trabalhadora, o que nos coloca frente ao desafio de sabermos definir quais são as nossas propostas, enquanto a mudança social que almejamos alcançar.

Assim, podemos explorar a similaridade estruturante contida entre a Comunicação e a Aprendizagem, aproximando a Comunicação Popular da Educação Popular, inicialmente. Vimos que, no Brasil, a relação histórica entre meios de comunicação e sistema político é bastante peculiar. As elites nativas não têm interesse em expandir o capitalismo a todo o território nacional. Simetricamente, impedem a expansão do direito à informação, cuja diversidade seria característica de uma sociedade de classes.

a partir deste ponto de vista, vemos que tal constatação sobre a realidade da Comunicação, no Brasil, se assemelha àquela que Paulo Freire proferiu com respeito à Educação. Assim como, para Paulo Freire (2005), o analfabetismo no Brasil não é, preponderantemente, um problema pedagógico, mas sim político, também podemos considerar que no Brasil, o problema da falta de informação não é preponderantemente comunicacional, mas igualmente político. Frente a essa constatação, Freire propõe uma educação que não seja feita *para* o povo, mas *com* o povo, pressuposto válido também para os princípios encarnados pela Comunicação Popular.

Nesse sentido, destacamos a semelhança existente entre os princípios encarnados pela Comunicação Popular e pela Educação Popular: não ter fins lucrativos; a propriedade coletiva do processo de trabalho; propiciar a participação ativa da população; e a difusão de conteúdos para desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Ademais, esses princípios também são encarnados pelo movimento da

⁸ Responsável pela exposição do conteúdo na primeira aula do curso, intitulada Conjuntura e Comunicação, ministrada dia 04/07/2020, disponível em: <https://youtu.be/jM-FJY8PB7E>.

Economia Solidária. Tal confluência quase “espontânea” entre princípios éticos, a serem aplicados na prática social, pode nos dar uma valiosa pista sobre como efetivar a formação de uma unidade entre a classe trabalhadora, para além de conjunturas políticas passageiras, mas sim a caminho da sua emancipação, pensando a longo prazo.

Conclusões

O Curso de Capacitação em Comunicação Popular e Rede Social é uma iniciativa da ENFF, em parceria com a UFAPÉ e outras organizações populares. O seu conteúdo apresenta uma variedade formativa, refletida tanto no perfil dos(as) expositores(as), como na bibliografia fornecida. A existência de dispositivos pedagógicos prévios e posteriores à exposição dos conteúdos, como a mística inicial, o momento de debate e a mística final, nos mostra uma variedade de estratégias formativas utilizadas. Já o número considerável de inscritos nos indica a existência de uma significativa demanda social por este tipo de curso, considerando-se tanto os conteúdos ministrados, como o seu formato pedagógico.

O Curso analisado também possui uma série de características peculiares de caráter didático e técnico. Primeiramente, podemos destacar o fato da manutenção da plataforma em que se dá a transmissão do conteúdo não ser de responsabilidade do corpo docente. Isto é, o expositor não é responsável por garantir o funcionamento da plataforma digital através da qual se viabiliza o ensino remoto. Existem outras duas pessoas conectadas, de forma síncrona, durante a realização das aulas, além do expositor: uma pessoa encarregada da mediação entre docentes e discentes e outra encarregada do suporte técnico.

Neste Curso, de ensino remoto, prioriza-se a realização de aulas síncronas, em contraste, por exemplo, com universidades federais que priorizam as aulas assíncronas (UFMG, 2021). Além disso, as aulas ficam disponíveis continuamente, de forma assíncrona, para os participantes e o público em geral.

Estas características mencionadas, somadas ao uso de plataformas digitais familiares aos participantes, nos permite contrastar a educação remota fornecida pelos movimentos sociais e aquela fornecida pelas instituições de ensino formais. O Curso analisado não demanda dos participantes do processo formativo a aquisição de novas competências implícitas, referente ao manejo operacional de plataformas digitais até então desconhecidas pelos participantes. As novas competências a serem adquiridas, com o processo formativo oferecido pelo Curso, se limitam àqueles componentes explícitos no Programa. Assim, se requer dos participantes apenas a apreensão dos

conteúdos transmitidos pedagogicamente, isto é, conteúdos transmitidos tendo-se o cuidado pedagógico com respeito ao processo de aprendizagem.

De todos os modos, fica patente que o ensino remoto requer competências específicas por parte do corpo pedagógico responsável pela organização dos conteúdos, seja na produção audiovisual ou na operação de plataformas virtuais.

Se a relação entre os meios de comunicação e o sistema político vigente em um país ou território possui íntima imbricação, nós podemos observar, atualmente, que estamos experimentando uma ocorrência paralela entre a decadência da liberdade de expressão e a decadência das democracias pelo mundo. No Brasil, entre os anos de 2013 e 2018, experimentamos abruptas transformações no nosso cenário sócio-político. Tanto a proliferação de coletivos identificados com o movimento feminista e negro, como a amplificação de discursos ultra-conservadores com viés proto-fascista, são acontecimentos profundamente marcados pela massificação dos meios de comunicação virtuais e uso das redes sociais digitais no Brasil.

A expansão da Internet, ocorrida no Brasil a partir da década de 1990, prometia democratizar o acesso à informação. Isso, de fato, permitiu o compartilhamento de experiências diversas de opressão, desde relatos pessoais, que passaram a ir, pouco a pouco, quebrando a sensação de isolamento para quem pensa criticamente. Contudo, a partir do momento em que o uso das ferramentas digitais, constituindo-se enquanto novos meios no caminho à emancipação, se fizeram sentir nas ruas, em 2013, essas mesmas ferramentas digitais passaram a constituir um novo meio no caminho à retração dos direitos civis e conquistas sociais. Isso parece ter se dado a partir do aperfeiçoamento dos dispositivos de psicométrica social, baseados na inteligência artificial dos algoritmos, criados pelas transnacionais da tecno-comunicação, como as corporações Google e Facebook, destacadamente. Essa temática merece um desenvolvimento analítico a parte, a ser tratado em profundidade.

Entre as promessas de democratização da informação, que a Internet trazia, e a cultura da manipulação, por vezes nomeada como “pó-verdade”, que passou a impregnar o cenário político no mundo atual (Brasil, EUA, Inglaterra, Índia, etc.), consideramos plausível examinar tal ambiguidade como um processo de “recontextualização”, que o capital operou com respeito à Internet, tal como o faz constantemente frente às estratégias de resistência da classe trabalhadora à exploração do seu trabalho. Ou seja, frente às formas de resistência que a classe trabalhadora inventa, o capital reelabora o seu contexto de dominação, por vezes subvertendo os mecanismos de reivindicação criados, em novos meios de opressão.

Por isso, se faz tão necessário compreender como a mídia corporativa atua. Com respeito à forma como a mídia corporativa elabora a sua informação, abordamos três elementos: a *Agenda Setting*, o *Priming* e o *Framing*. Eles tratam, grosso modo, sobre os seguintes aspectos: uma agenda imposta para o debate (quais assuntos abordar); a forma como a informação recebida deve ser interpretada (orienta a percepção); e a maneira como o assunto deve ser pensado/encarado (valores culturais introjetados). Ou seja, se referem à maneira de descrever um contexto comunicativo, contexto no qual o texto é interpretado e as informações são lembradas, gerando uma determinada disposição para perceber e, logo, atuar.

A população é colocada como mera “espectadora”, nessa forma de comunicação unidirecional, gerando-se o efeito que Chomsky (2014) chama de “rebanho desorientado”. Contudo, devemos salientar que o papel passivo atribuído à classe trabalhadora na discussão dos assuntos públicos, se contrasta com o seu papel ativo, seja no consumismo, ou, principalmente, na extração de mais-valia, motor da economia de mercado e finalidade do sistema capitalista.

Em contraposição à permanente recontextualização das estratégias do capital, para impedir a organização dos oprimidos, a classe trabalhadora deve especializar-se no desenvolvimento das suas estratégias de formação, familiarizando-se com os instrumentos que compõem a (auto)didática do exercício da organização coletiva. Se o capital desenvolve as suas formas de antecipação às exigências reivindicadas pela população, então a classe trabalhadora precisa desenvolver formas de antecipar essa recontextualização dos dispositivos inventados para discipliná-la. A diversidade de formas organizacionais, que a classe trabalhadora elabora constantemente, é um instrumento desta antecipação, ao demonstrar variados processos de reinvenção dos mecanismos de resistência. Trata-se, pois, de habilitar formas de previsão sobre quais mediações pedagógicas estão sendo articuladas, no sentido de uma readaptação dos instrumentos de controle; isto é, conseguir captar quais são os subterfúgios agora utilizados, para inculcar uma mentalidade resignada e modelar aptidões, no sentido de propiciar a fragmentação e evitar a geração de alianças.

Por isso, destacamos o conceito de *estratégias formativas*, para dar conta dessa disputa entre dispositivos do capital e do trabalho, enquanto mediações pedagógicas para orientar a percepção e a disposição para a ação da classe trabalhadora. Desde essa ótica, podemos encarar as experiências dos movimentos sociais na área da educação e da comunicação, enquanto estratégias formativas desenvolvidas a partir dos espaços socioeducativos e socio-comunicacionais por eles criados.

Essa definição pode nos ser útil, uma vez que os processos de conformação grupal dos movimentos sociais estão atravessados por uma disputa entre a incidência de dispositivos e mediações pedagógicas do capital e do trabalho. Os dispositivos pedagógicos do capital têm a intenção de fomentar um comportamento individual resignado, enquanto as estratégias de formação do trabalho tendem a exercitar uma autodidática da organização coletiva. Essa tensão, isto é, a coexistência entre critérios antagônicos, atravessa os coletivos de trabalho na produção cooperativa, assim como na criação de espaços socioeducativos escolares ou comunicacionais.

A nossa pesquisa vem percebendo que, nos movimentos sociais, existe uma imbricação entre o que é proposto como sua proposta socioeducativa e o objetivo final que perseguem. As experiências socioeducativas dos movimentos sociais mostram uma relação com a sua estratégia política, uma vez que o desenvolvimento dos seus projetos pedagógicos é encarado como uma necessidade indissolúvelmente ligada à capacidade de planejar e dirigir um conjunto de regras e atividades destinadas, a alcançar um objetivo, seja ele a conquista de terras, empresas, reconhecimento social, territorial ou cultural.

Com respeito aos conteúdos trabalhados no Curso, podemos aproximar à *Comunicação Popular*, objeto do Curso analisado neste artigo, da *Educação Popular*, tema mais amplo de nossa investigação. Neste sentido, vemos similares argumentos que justificam a necessidade por uma comunicação e uma educação de caráter “popular”. A situação existencial das populações oprimidas demanda conteúdos acordes com essa situação de opressão, ou seja, não se pode sublimar a situação de opressão em que se encontram as populações na hora de se vincular processos (in)formativos a elas.

As problemáticas levantadas pela Comunicação Popular e pela Educação Popular também se assemelham. As populações oprimidas devem buscar um controle da narrativa sobre a sua realidade vivida, sublinhando a necessidade de se construir uma visão de mundo autônoma, própria das populações oprimidas.

Por fim, tanto a Comunicação Popular como a Educação Popular destacam que o problema do analfabetismo, ou a supressão das vozes das populações oprimidas, não se devem a insuficiências pedagógicas ou comunicacionais, mas sim, fundamentalmente, se constituem enquanto problemas de caráter *político*.

Assim, a *escola* dos movimentos sociais assume também um carácter de organização social, porque se baseia no vínculo comunitário e é gerida democraticamente pelas pessoas que nela participam, em consonância com o carácter cooperativo das suas unidades produtivas. O princípio educativo adoptado pelos

movimentos sociais vai além do papel tradicional da escola e do professor, uma vez que não se concentra na existência de um espaço especializado na educação e de um só responsável pela mesma, mas considera que todos os espaços e ações, tal como todas as pessoas, são espaços-tempo e sujeitos pedagógicos.

Esperamos que essa aproximação entre educação e comunicação, aqui inicialmente elaborada, possa ser frutífera para as organizações sociais considerarem a comunicação tão importante como já consideram a educação.

Referências bibliográficas

- Boulos, Guilherme (2014). Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci.
- Castells (2013). A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Chomsky, Noam (2014). Mídia. Propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, Paulo (2005). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Vozes.
- Giannotti, Vito (2014). Comunicação dos Trabalhadores e Hegemonia. São Paulo: Perseu Abramo.
- Giannotti, Vito. (s/d). Comunicação dos trabalhadores para a disputa de hegemonia: uma lição histórica. [Documento]. Disponível em <http://www.sengepr.org.br/noticia/comunicacao-dos-trabalhadores-para-a-disputa-de-hegemonia/>
- Hollanda, Heloísa Buarque de (2018). Explosão feminista. Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- Klen, Pereira e Araujo (2020). Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020
- Kucinski, Bernardo (s/d). OS JORNAIS DE RESISTÊNCIA. Em Jornalistas e Revolucionários. Panorama da imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)
- Lévy, Pierre (2011). O que é o virtual? São Paulo: Editora 34.
- Lima, Venício de; Guimarães, Juarez (2013). Liberdade de expressão, política e comunicação. Em Filho; Dominguez (org.), Sobre a mídia que queremos: direitos humanos e comunicação pública.
- Mesquita, 2008. Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições. [Tese de Doutorado]. USP, FFLCH.
- Moreira, Anelize (2019). Como funcionam as escolas do campo que estão na mira do governo Bolsonaro. Brasil de Fato, Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/25/como-funcionam-as-escolas-do-campo-que-estao-na-mira-do-governo-bolsonaro/>
- Pacheco, Iris (2020). ENFF: 15 anos plantando o sonho de justiça social, trabalho, mística e valores humanistas para a classe trabalhadora. MST. 28 jan. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/01/28/enff-15-anos-plantando-o-sonho-de-justica-social-trabalho-mistica-e-valores-humanistas-para-a-classe-trabalhadora/>

- Peruzzo, Cicilia M. Krohling (2009, maio-agosto). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Revista Eco-Pós*, v.12, No12 (p.46-61).
- Ramalho, Ramon (2010). Marxismo y Anarquismo: Educación libertaria en las voces de Gramsci y Ferrer i Guardia. *Revista Solidaridad Global, Año 7*, (16), 58-63. Universidad Nacional de Villa María (Argentina). Versão física *impresa*. Disponível em:
http://webnueva.unvm.edu.ar/modulos/voces/solidaridad_archivos/Solidaridad_Global_16_2010.pdf
- Ramalho, Ramon (2011). Convergências Pedagógicas entre Gramsci, Paulo Freire e FerreriGuardia – Pesquisa sobre a escola libertaria. *Competência*, 4, (2), 61-78. Disponível em: http://portal.senacrs.com.br/revista_senac4/index.html
- Ramalho, Ramon (2018). Estrategias de Formación y Disputa Política en Movimientos Sociales. El caso de la Universidad de los Trabajadores de la Empresa Recuperada IMPA (2011-13). [Tesis Doctoral]. BsAs, FSOC/UBA.
- Schneider, Marina (2016). Mídia e democracia. Uma vinculação complexa também na teoria. *Revista Perseu*, No12, Ano 7. São Paulo: Fundação Perseu Abramo
- Tavares, Juliana (s/d). Comunicação e projeto popular para o Brasil. [Documento].
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais (2021). **Ensino Remoto Emergencial (ERE) nos cursos de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, jul.
- Zibechi, Raúl (2005). La educación en los movimientos sociales. Disponível em:
<https://es.scribd.com/document/203333034/Raul-Zibechi-La-educacion-en-los-movimientos-sociales>
- Zuboff, Shoshana (2020). **La era del capitalismo de la vigilancia**. Barcelona: Paidós.